



Emenda promulgada viabiliza repasse de recursos do pré-sal

Gerardo Magela/Agência Senado



Eduardo Gomes, deputado Rodrigo Maia, Davi Alcolumbre, deputada Soraya Santos e Flávio Bolsonaro na cerimônia

Texto permite ao governo realizar leilão do petróleo do pré-sal em novembro e deixa os recursos arrecadados fora do cálculo do teto de gastos, possibilitando a partilha com estados e municípios

O Congresso Nacional promulgou ontem a Emenda Constitucional 102, que exclui do teto de gastos o dinheiro que a União repassa a estados e municípios pela exploração de petróleo. A emenda corresponde a uma parte da PEC da Cessão Onerosa, aprovada em 3 de setembro pelo Senado e enviada à Câmara para análise das mudanças.

Segundo o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, o restante da PEC, que define os percentuais destinados aos entes federados, deve ser aprovado e promulgado

até o fim do ano. Assim, o dinheiro arrecadado com o próximo leilão de campos de petróleo, marcado para 6 de novembro, poderá chegar aos caixas estaduais e municipais.

Na cerimônia de promulgação, Davi destacou que governo, Câmara e Senado tiveram papel fundamental na construção da proposta que permite a divisão da riqueza do petróleo com todos os brasileiros. Ele explicou que a pressa em aprovar a primeira parte da emenda deve-se aos prazos regimentais da proposta de Lei Orçamentária Anual. **3**

Senado aprova MP que cria empresa de navegação aérea

O Plenário da Casa aprovou em definitivo projeto de lei de conversão oriundo da medida provisória que criou a NAV Brasil, em substituição à Infraero. A nova empresa deve assumir as atribuições relativas à

navegação aérea, como os serviços de telecomunicações, estações de rádio, torres de controle e medição meteorológica. A MP permite ainda que o Executivo privatize ou extinga a Infraero. **3**



Jefferson Rudy/Agência Senado

Leila Barros ouve Leila Heredia, porta-voz do Centro de Valorização da Vida

Debatedores dizem em audiência que suicídio pode ser prevenido

Movimento nacional de conscientização sobre a prevenção do suicídio, o Setembro Amarelo foi tema de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos. As famílias, o poder público e a sociedade precisam estar articulados,

disseram os convidados. Eles também destacaram a necessidade de atendimento médico de emergência seguido de tratamento por uma equipe multidisciplinar para quem tenta suicídio. O debate foi requerido por Leila Barros. **4**

Serviço público poderá ser oferecido em língua de sinais

Órgãos e concessionárias de serviços públicos e instituições financeiras precisarão oferecer atendimento especializado a quem se comunica pela língua brasileira de sinais — Libras. Proposta nesse sentido de Telmário Mota foi aprovada ontem pela Comissão de Direitos Humanos. O relator, Flávio Arns, alterou o projeto para que ele alterasse a Lei Brasileira da Inclusão e não a lei do atendimento prioritário como proposto inicialmente pelo autor. O texto vai à Câmara. **4**

Especialistas dizem que Brasil cumpriu metas climáticas

Reunidos ontem em audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, especialistas informaram aos senadores que o desmatamento no país vem sendo reduzido, assim como as emissões de carbono. Eles ressaltaram que as metas previstas no Acordo de Paris foram facilmente cumpridas principalmente em razão da crise econômica porque passa o país. Faz parte do plano de trabalho da comissão para monitorar ao longo do ano a execução da política sobre mudança climática. **4**

Audiência aponta fragilidade de dados no país **4**

Tecnologia em favor de idosos recebe elogios **4**

O embaixador palestino no Brasil, Ibrahim Mohamed Khalil Alzeben (2º à esq.), pediu ontem, em sessão especial para comemorar os 40 anos das relações diplomáticas entre Brasil e Palestina, que o governo do presidente Jair Bolsonaro reafirme o compromisso do país pela defesa do direito de autodeterminação do povo palestino. A sessão, no Plenário do Senado, foi presidida pelo senador Esperidião Amin (C) **2**



Pedro França/Agência Senado

Serviços públicos poderão ter atendimento em Libras

Comissão de Direitos Humanos aprovou substitutivo de Flávio Arns à proposta de Telmário Mota que obriga órgãos e concessionárias do governo a oferecer a opção para portadores de deficiência auditiva

ÓRGÃOS DO GOVERNO, concessionárias de serviços públicos e instituições financeiras precisam oferecer atendimento especializado a quem se comunica pela língua brasileira de sinais (Libras). É o que prevê o PLS 155/2017, aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). A proposta segue para a Câmara, se não houver recurso para análise em Plenário.

O projeto, de Telmário Mota (Pros-RR), leva em conta que 6,2% da população possui

algum tipo de deficiência, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para o senador, a oferta de Libras nos órgãos públicos reduz as barreiras na comunicação que privam as pessoas com deficiência de exercer direitos.

O relator, Flávio Arns (Rede-PR), é favorável à proposta. “A pessoa com deficiência auditiva, quando se valer da Libras, em vez da língua portuguesa, para se comunicar, deve ter no Estado a garantia de que sua língua não será impedimento

para o exercício pleno da cidadania”, afirma no relatório.

No entanto, ele deu nova redação ao projeto, que alterava a Lei do Atendimento Prioritário (Lei 10.048, de 2000), porque, na visão de Arns, Libras diz respeito a acessibilidade, não a prioridade. O senador sugeriu que o dispositivo modifique a Lei Brasileira da Inclusão (Lei 13.146, de 2015)

A nova redação também prevê que a interpretação em Libras pode ser feita por meio telemático (virtual ou a distância).

Uso medicinal da maconha será tema de projeto

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem sugestão legislativa (SUG 6/2016) que estabelece regras para fiscalização e tributação da maconha medicinal. Com a decisão, o texto sugerido pela Rede Brasileira de Redução de Danos e Direitos Humanos (Reduc) passa a tramitar como projeto de lei. O texto aprovado foi o relatório de Alessandro Vieira (Cidadania-SE), que reduziu a sugestão da Reduc de 113 para 6 artigos. Originalmente, o texto propunha normas de procedimento e regulamentação sobre vários aspectos do uso medicinal da maconha, como pesquisa,



Arns, Telmário e Zenaide observam depoimento de Mara em comissão

registro, rotulagem, tributação, publicidade, entre outros. Segundo Alessandro, a mudança foi necessária para contornar os problemas de inconstitucionalidade e injuridicidade do

texto original, principalmente, em artigos sobre atribuições de órgãos do Executivo.

Eduardo Girão (Podemos-CE) tentou retirar a proposta de pauta. Mara Gabrilli (PSDB-SP), que é usuária de um medicamento a base de *Cannabis*, fez um apelo emocionado para que o senador não impedisse a votação.

— Se a gente aprovar um projeto permitindo só o canabidiol, o medicamento que inclusive eu tomo vai ser proibido. Isso vai fazer com que eu perca a minha força laboral. E, poxa, alguém aqui já me viu alucinando em algum canto do Congresso? Alguém aqui já me viu falando besteira? Alguém aqui tem algum senão quanto à minha dedicação e seriedade no meu trabalho?

Embaixador pede que governo reafirme elo Brasil-Palestina

Em sessão especial para comemorar os 40 anos de relações diplomáticas entre Brasil e Palestina, o embaixador palestino, Ibrahim Mohamed Khalil Alzeben, lembrou o esforço do Brasil pela paz no Oriente Médio e pediu que o atual governo reafirme o compromisso pela defesa do direito de autodeterminação do povo palestino.

— Reconhecemos as contribuições dos presidentes José Sarney, Fernando Collor de Mello, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer, dos chanceleres e diplomatas brasileiros e de funcionários do Itamaraty. E o que espera-

mos do senhor presidente Jair Bolsonaro? Juntar-se ao esforço tradicional deste grande Brasil — disse Alzeben.

Autor do pedido de homenagem, Esperidião Amin (PP-SC) destacou que o Estado brasileiro sempre foi um defensor da autodeterminação e da soberania do povo palestino. Em 2010, o Brasil reconheceu oficialmente o Estado da Palestina, levando outros países da América Latina a fazer o mesmo, apontou o senador.

— Desejamos a paz entre palestinos e israelenses e uma vida melhor, cheia de prosperidade, para todos os povos do mundo e, especialmente, para os povos da região.

STJ destaca parceria feita com Senado na inclusão de surdos

No Dia Nacional do Surdo, celebrado ontem, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) reuniu dezenas de colaboradores com a deficiência para homenageá-los. Uma menção especial foi direcionada ao Senado, que estabeleceu parceria com trabalhadores surdos para validar filmes curtos e didáticos sobre processo legislativo feitos com o uso da língua brasileira de sinais (Libras). Os pequenos tutoriais foram desenvolvidos pela página do Portal e-Cidadania, com

apoio da TV Senado. O STJ iniciou há 10 anos um projeto de contratação de 500 deficientes auditivos para promover o escaneamento do acervo. A iniciativa permitiu a digitalização de 374 milhões de páginas de mais de 1 milhão de processos, ao mesmo tempo em que ofereceu emprego para centenas de pessoas. Hoje, a equipe de colaboradores surdos é composta por 150 pessoas, que trabalham em regime de 6 horas de trabalho, em 2 turnos.

Maioria apoia distribuição pelo SUS de remédios de *Cannabis*

Para 79% dos brasileiros, medicamentos feitos a partir da planta da maconha devem ser distribuídos gratuitamente pelo SUS, segundo pesquisa do DataSenado.

Dos entrevistados, 75% são a favor de que indústrias farmacêuticas sejam autorizadas a produzir medicamentos à base da

erva. Foram entrevistadas 2,4 mil pessoas de todas as unidades da Federação, por telefone. A margem de erro é de 2 pontos percentuais com nível de confiança de 95%. A maioria dos entrevistados (64%) é contra o cultivo da *cannabis* na casa dos pacientes em tratamento, e 31% concordam com o plantio.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



CMO Obras federais

9h Apresentação do Sistema Legislativo de Projetos e Obras Federais (Sispro).

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h Pronunciamentos.

SESSÃO ESPECIAL Joaquim Roriz

15h Sessão destinada a homenagear o ex-governador do DF.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das

sessões no **Plenário**:

<http://bit.ly/integraPlenario>



Confira a íntegra das

sessões nas **comissões**:

<http://bit.ly/integraComissoes>



MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre

Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia

Segundo-vice-presidente: Lasier Martins

Primeiro-secretário: Sérgio Petecão

Segundo-secretário: Eduardo Gomes

Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro

Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze

Suplentes de secretário:

Marcos do Val, Weverton,

Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin

Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria

Coordenador-geral: Silvio Burle

Coordenação de Cobertura: Paola Lima

Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção

Serviço de Fotografia: Leonardo Sá

Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Davi Alcolumbre promulga emenda da cessão onerosa

Originária de PEC aprovada em setembro pelo Senado, a norma permite que a União repasse a estados, Distrito Federal e municípios recursos arrecadados em leilões de campos do pré-sal

O CONGRESSO PROMULGOU ontem a Emenda Constitucional 102, que exclui do teto de gastos o dinheiro que a União repassa a estados, DF e municípios pela exploração de petróleo. Quando houver o próximo leilão de campos de petróleo, em 6 de novembro, o dinheiro que a União arrecadar das empresas exploradoras poderá chegar aos caixas dos demais entes federativos.

Na cerimônia de promulgação, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, explicou que a pressa em aprovar a primeira parte da emenda, originada da PEC 98/2019, deve-se aos prazos regimentais da proposta de Lei Orçamentária Anual (Ploa). A proposta prevê que o governo encaminhe até 15 de outubro o projeto de lei do Congresso Nacional (PLN) que autorizará pagamentos, como uma dívida dos R\$ 36 bilhões com a Petrobras, no dia 6 de novembro.

— Não tem como o governo mandar um PLN de crédito extraordinário especial para fazer o pagamento do saldo do que o governo tem de pagar para a Petrobras. É uma conta



Davi Alcolumbre assina a promulgação da emenda ao lado de Rodrigo Maia

que não fecharia.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, previu que na próxima semana os deputados já devem começar a avaliar a distribuição dos recursos para estados e municípios, de acordo com uma PEC que tramita na Câmara, e estimou para meados de novembro a votação. Até o final do ano a PEC paralela deve ser promulgada, segundo Davi.

O senador destacou que governo, Câmara e Senado tiveram papel fundamental na construção da proposta que inclui a divisão dessa riqueza (o petróleo) com todos os brasileiros, por meio dos estados e municípios. Davi

criticou o peso do Estado para a população e o fato de o Orçamento de R\$ 1,5 trilhão ter, em capacidade discricionária de investimento, apenas R\$ 19 bilhões.

— Não temos mais como conviver com essa disparidade, de 96% do Orçamento público estar comprometido com o custeio da máquina pública — disse.

Segundo ele, não é mais possível que recursos como esse cheguem a estados e municípios e que sejam usados para custear despesas com pessoal.

— O Estado é pesado, não suporta mais gastos com pessoal em detrimento de investimentos.

Senado aprova criação da empresa NAV Brasil, substituta da Infraero

O Plenário do Senado confirmou ontem a criação da empresa NAV Brasil, que deve assumir as atribuições relativas à navegação aérea a cargo da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero). O projeto de lei de conversão (PLV 4/2019) segue para análise presidencial. O texto é oriundo da Medida Provisória 866/2018, aprovada na quarta-feira pela Câmara, que expiraria hoje.

Segundo o governo, a intenção é diminuir o prejuízo da Infraero, que perdeu receita após a privatização de aeroportos, e concentrar na nova empresa os serviços que não serão privatizados.

— A matéria foi amplamente discutida aqui no Senado e aprovada ontem na Câmara dos Deputados de maneira a permitir a aprovação hoje para que a medida provisória não caducasse — disse Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), relator do texto.

A economia para a estatal será de R\$ 250 milhões ao ano com a passagem dos ativos e do pessoal para a NAV Brasil. Entretanto, ela perde também a receita das tarifas sobre a navegação aérea.

O plano, elaborado no governo de Michel Temer,

é de conceder à iniciativa privada todos os aeroportos administrados pela Infraero e privatizar ou extinguir a estatal.

Assim, o texto aprovado autoriza a transferência de empregados da Infraero a outros órgãos da administração pública, mantido o regime jurídico, em caso de extinção, privatização, redução de quadro ou insuficiência financeira.

A nova estatal incorpora todos os ativos e passivos da Infraero. Inicialmente serão transferidos para a NAV Brasil os empregados da Infraero ligados à navegação aérea, que inclui serviços como telecomunicações, estações de rádio, torres de controle e medição meteorológica. A empresa será subordinada ao Comando da Aeronáutica, e, por decreto, o Executivo poderá transformá-la em sociedade de economia mista. A Força Aérea continuará responsável pela área de infraestrutura de navegação vinculada à defesa e soberania nacionais.

Os terminais de passageiros e de cargas, os serviços de pista de pouso e decolagem, de fiscalização e de supervisão continuarão a cargo da Infraero.

Com Agência Câmara

Gasto público pede avaliação constante para garantir eficácia, dizem especialistas

A qualidade do gasto público precisa de constante monitoramento e avaliação. Essa foi uma das direções apontadas na quarta-feira pelos convidados em audiência pública da Subcomissão sobre Gastos Públicos e Combate à Corrupção.

A subcomissão temporária, presidida por Mara Gabrilli (PSDB-SP), funciona no âmbito da Comissão de Fiscalização e Controle e a relatora é Eliziane Gama (Cidadania-MA).

O representante da Secretaria do Tesouro Nacional, Pedro Jucá Maciel, afirmou que a qualidade dos gastos públicos precisa ser mais debatido. Diretora da Escola Nacional de Administração Pública, Diana Coutinho falou sobre o papel do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, do governo federal, que avalia, propõe alterações e monitora a aplicação dessas políticas. Por sua vez,

o representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Pedro Luiz Costa Cavalcante, ressaltou a importância de boas práticas de governança a qualidade dos gastos e o combate à corrupção.

A subcomissão aprovou o plano de trabalho até o fim do ano. Serão realizadas audiências públicas, requisitados dados a órgãos públicos e analisadas propostas legislativas afins.



Diana Coutinho, da Enap, em debate comandado por Eliziane Gama

Humberto critica política econômica do governo

Humberto Costa (PT-PE) criticou ontem a inoperância do governo em relação à política econômica. A população mais pobre tem sentido ainda mais os efeitos da crise, devido ao desmonte dos programas sociais, alertou. De acordo com ele, os moradores do Nordeste são os mais prejudicados.

— A política econômica se apoia em três pilares: cortar investimentos, retirar direitos e pedir tempo para que essa combinação trágica surta resultado. Melhora na condição de vida, não virá nenhuma. Quanto mais tempo este governo tiver, menos investimentos e menos direitos haverá. É por isso que ele tem de acabar o quanto antes.



Pedro França/Agência Senado

Paim condena atuais regras trabalhistas

A flexibilização das relações trabalhistas foi criticada por Paulo Paim (PT-RS). Para o senador, ao contrário do que o governo alega, as contratações não aumentaram após a reforma trabalhista e a MP da Liberdade Econômica. O que aconteceu, diz o senador, foi a extinção dos contratos formais, o que gerou mais vagas para o trabalho intermitente, sem horário nem salário fixo garantidos.

— Não é retirando direitos do trabalhador do campo, da cidade, da área pública ou da privada, como vai voltar a acontecer na reforma da Previdência, que vamos melhorar a qualidade de vida das pessoas.



Pedro França/Agência Senado

Paulo Rocha: há erros no debate sobre Amazônia

Paulo Rocha (PT-PA), afirmou ontem que o presidente Jair Bolsonaro erra ao ideologizar o debate internacional sobre a Amazônia. Para o senador, Bolsonaro denomina os que se preocupam com o meio ambiente de “esquerdopatas” ou “comunistas”, enquanto a floresta grita por socorro.

Ele lembrou que, em 2016, o Brasil se comprometeu a dar fim ao desmatamento ilegal na Amazônia até 2030. Mas, conforme o senador, no primeiro ano de governo, o que se constatou foi o retrocesso na aplicação das leis de proteção ambiental e o enfraquecimento das agências responsáveis pela política nessa área.



Pedro França/Agência Senado

Plínio defende exames na educação infantil

Plínio Valério (PSDB-AM) usou a tribuna ontem para defender dois projetos dele que tratam da educação pública no país. O primeiro inclui nos currículos escolares conteúdos sobre a prevenção da violência contra a mulher (PL 598/2019).

O outro projeto torna obrigatória a realização de avaliação de saúde nas crianças que ingressarem na educação infantil (PL 1.219/2019).

— Um dos motivos de evasão tem sido o abandono porque a pessoa se sente discriminada, motivo de chateação, mas tem problemas e não sabe, porque não tem parâmetro. Acho esse projeto de extrema relevância.



Pedro França/Agência Senado

Para especialistas, Brasil cumpre metas climáticas

Participantes de audiência na Comissão de Meio Ambiente informaram que o país vem reduzindo o desmatamento e as emissões de carbono

ESPECIALISTAS REUNIDOS ONTEM para debater o alcance da Política Nacional de Mudança Climática (PNMC) na Comissão de Meio Ambiente (CMA) afirmaram que o desmatamento no Brasil teve forte redução de 2005 a 2012 e permanece mais ou menos estagnado desde então.

De acordo o diretor da empresa Plantar Carbon, Fábio Marques, no Brasil as pessoas tendem a enxergar o passivo de emissões de carbono sem olhar para os ativos, que são muito bons na opinião dele. Nessa linha, o país além de estar reduzindo a emissão está usando outras formas de energia limpas e as áreas desmatadas são recompostas.

— O desmatamento vem reduzindo, então a conta de emissão e de remoção de gás carbônico quase fecha, o que não ocorria antes de 2009.

O diretor técnico da Ecopart Assessoria, Ricardo Esparta, concordou com Marques e disse que queimada na Amazônia não é algo natural. Prova disso seria a existência de plano de queimadas no Cerrado, enquanto na Amazônia ele é apenas de desmatamento.

— Queimada na Amazônia não é algo natural. Ela só pega



Entre Esparta e Pellegrino, Wellington Fagundes dirige audiência pública

fogo se cortarem árvores e forem deixadas para secar.

A PNMC (Lei 12.187, de 2009) foi criada para que o Brasil cumpra as metas ambientais do Acordo de Paris: a redução de até 39% nas emissões de gases de efeito estufa até 2020. A PNMC é composta por diversos planos regionais (Amazônia, Cerrado) ou setoriais (agricultura, indústria, mineração, energia).

Crescimento

Esparta explicou que, ao ser desenhada, em 2009, a PNMC tinha como premissa o crescimento da economia de 5% ao ano. Mas o país não cresceu nessa proporção e as metas climáticas foram facilmente cumpridas. Ele contesta o pensamento inverso: de que quanto mais cresce a economia, mais aumenta a emissão de poluentes, mostrando um gráfico que relaciona os PIBs de 2007 a 2015 às emissões de carbono.

— Conseguimos reduzir as emissões em 40%, mesmo crescendo — frisou.

A Ecopart executa projetos relacionados ao protocolo de Kyoto.

Um dos planos setoriais é relativo à agricultura. Na audiência ele foi avaliado pelo pesquisador Giampaolo Pellegrino, da Embrapa Informática Agropecuária.

— Estamos relativamente com a meta cumprida — afirmou o engenheiro florestal.

Marques informou que no ano passado o mercado de carbono movimentou algo em torno de US\$ 82 bilhões.

— Não importa onde se emite o carbono. O efeito para o clima é o mesmo. Isso é diferente de alguns outros temas, como água e biodiversidade, que podem ter um impacto mais local.

O debate foi solicitado por Fabiano Contarato (Rede-ES), Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Carlos Viana (PSD-MG) e Eliziane Gama (Cidadania-MA) e faz parte do plano de trabalho da CMA para monitorar, ao longo do ano, a execução da política sobre mudança climática.

Dados no Brasil são vulneráveis, diz professor

O fato de o Brasil ainda não ter desenvolvido o controle das “âncoras de confiança” no mundo cibernético torna cidadãos, agentes e órgãos públicos mais vulneráveis quanto à segurança de dados. O alerta foi feito pelo supervisor do Laboratório de Segurança da Computação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Ricardo Custódio, na Comissão de Relações Exteriores (CRE), ontem.

Para ele, o Brasil está atrasado e precisa priorizar o controle das ferramentas de proteção. Foi o que fez a União Europeia, depois que o ex-agente da Agência Nacional de Seguran-

ça dos Estados Unidos (NSA) Edward Snowden provou a existência de um esquema internacional de espionagem conduzido pelo governo dos EUA.

— Não cuidamos de nossas âncoras de confiança no mundo cibernético. Não temos controle sobre em que o povo brasileiro deve confiar. Hoje esse controle é feito por outros países e empresas estrangeiras, não temos controle algum. Hoje, se uma empresa americana quiser, ela desativa o sistema bancário brasileiro, só pra citar um exemplo. Basta revogar o certificado-raiz das ACs [autoridades certificado-

ras] que emitem os certificados digitais dos bancos brasileiros. A Europa desenvolveu a lista de serviços eletrônicos confiáveis, atualizada constantemente, indicando em quais serviços o povo deve confiar — disse Custódio.

O professor da UFSC alerta que o Brasil ainda não está se preparando para o advento do computador quântico, que vai revolucionar a tecnologia da informação. Atitude oposta à dos EUA e de outros países, que já antecipam normas para se adaptarem à nova era e aos desafios relacionados à segurança de dados.

O diretor de Segurança Cibernética da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), Eduardo Berço, disse que as instituições financeiras sabem da importância que têm para a segurança nacional e pediu a inclusão do setor na Política de Defesa Cibernética, em linha com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709, de 2018).



Esperidião Amin (C) preside debate sobre segurança cibernética

Suicídio pode ser prevenido, dizem convidados de audiência

A tendência ao suicídio pode indicar algum tipo de transtorno mental e as pessoas que fazem uma tentativa precisam de atendimento médico de emergência seguido de tratamento por uma equipe multidisciplinar. A questão foi apontada por participantes de audiência ontem, na Comissão de Direitos Humanos (CDH). O debate, requerido pela senadora Leila Barros (PSB-DF), tratou do Setembro Amarelo, movimento nacional de conscientização sobre a prevenção do suicídio. As ações para essa prevenção requerem articulação de famílias, poder público e sociedade, disseram os debatedores.

Presidente da Associação Psiquiátrica da América Latina, o médico Antônio Geraldo da Silva destaca que o Brasil é o segundo lugar em casos de depressão no mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos. O suicídio é a sexta maior causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos no

Brasil. De 2011 a 2017 foram registradas 80,3 mil mortes por suicídio no país. Os dados foram destacados pelo técnico do Ministério da Saúde Mauro Pioli Rehbein.

Representante do Movimento Vida e Paz, Nazareno Vasconcelos Feitosa considerou a aprovação da Lei 13.819, de 2019, que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, um avanço. E alertou que há fatores agravantes, como isolamento, desemprego e endividamento.

— Em mais de 90% dos casos caberia um diagnóstico de transtorno mental e o uso de medicamentos que ajudam a restabelecer a pessoa, mas existe preconceito em relação ao problema de saúde mental. Depressão não é frescura, preguiça, nem falta de Deus.

Porta-voz do Centro de Valorização da Vida (CVV), Leila Heredia destacou que a ligação para o 188 agora é gratuita.

Audiência destaca tecnologias para melhorar vida dos idosos

A Subcomissão Permanente de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa discutiu ontem a gerontecnologia, área de conhecimento multidisciplinar que desenvolve estudos e pesquisas para aumentar a longevidade e a qualidade de vida da população idosa por meio de inovações tecnológicas. A reunião foi uma iniciativa do senador Eduardo Gomes (MDB-TO).

A presidente da Sociedade Brasileira de Gerontecnologia, Carla Santana, destacou que o

Brasil passa por uma mudança demográfica significativa, com crescimento do número de idosos, o que gera demandas específicas.

Secretário do Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, Antonio Costa destacou o Programa Viver, do governo, que visa potencializar as habilidades necessárias da pessoa idosa para um envelhecimento ativo e saudável por meio de quatro campos de ação: tecnologia, educação, saúde e mobilidade física.

Debatedores defendem FGTS e questionam saque-aniversário

A terceira e última audiência pública sobre a medida provisória que trata dos saques do FGTS (MP 889/2019) foi marcada por argumentos sobre a importância do fundo para o estímulo da atividade econômica. Os especialistas ouvidos ontem ainda manifestaram temor de que os saques autorizados pela medida causem desequilíbrio nas contas do FGTS.

A MP permite o saque de até R\$ 500 nas contas do FGTS ativas e inativas até março de 2020. A medida também cria o chamado saque-aniversário, quando o cidadão cadastrado poderá sacar parte de seu saldo no fundo no mês de seu aniversário a partir de 2020.

Vice-presidente da Força Sindical, Antônio Ramalho classificou o saque-aniversário como “pegadinha”. Ele argumentou que, se não fossem sacados, esses valores trariam mais frutos na geração de empregos e na cadeia produtiva da construção civil.

O presidente do Conselho Curador do FGTS, Igor Vilas Boas, disse acreditar que a nova sistemática de saques é sustentável em face do volume de depósitos, e contestou as emendas apresentadas à MP que flexibilizam as regras do saque-aniversário.

Pela CUT, Alexandre Ferraz fez ressalvas em seu apoio à MP, especialmente quanto ao dispositivo que prevê dividir 100% do lucro do fundo.